

Proleários de todos os países: UNI-VOS!



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O Comité Central analisa as causas das últimas prisões e chama todos os militantes a defender o Partido

Reuniu-se em Dezembro o Comité Central do nosso Partido; esta reunião, realizada na mais rigorosa clandestinidade e depois dos golpes que a polícia vibrou na direcção do Partido desde Dezembro de 1961, é uma vitória do Partido e da luta anti-fascista.

O Comité Central discutiu os três problemas mais importantes para o prosseguimento vitorioso da luta: a defesa do Partido e da sua Direcção; o reforçamento da organização partidária e unitária; e o desencadeamento de novas lutas de massas que nos permitam prosseguir no caminho do levantamento nacional. Como é natural, foi a questão da defesa que ocupou o lugar central na discussão.

As resoluções do Comité Central sobre a defesa e organização do trabalho de Direcção, sobre a defesa do Partido e sobre a organização, são publicadas no «O Militante» n.º 121 e devem ser estudadas e discutidas pelos militantes e organismos do Partido, de modo a elevar o nível do seu trabalho e a temperá-los para as importantes tarefas que cabem ao nosso Partido.

Depois de ouvir uma intervenção dum membro do Secretariado onde são largamente analisadas as condições em que o Partido sofreu os sérios reveses de Dezembro de 1961 e de Abril, Maio e Agosto de 1962, o Comité Central travou discussão sobre a actividade conspirativa do Partido e da sua Direcção, aprovando uma resolução que é publicada no «O Militante» n.º 121.

Nessa resolução, o Comité Central assinala que, perante a agudização da crise do salazarismo, encerrado pelas lutas das massas populares e pela luta armada dos povos coloniais, se tornam cada vez maiores a repressão, a vigilância e as violências policiais. Nestas condições, ganha ainda maior importância a tarefa da defesa do Partido, é uma questão vital condenar e eliminar as graves deficiências na actividade conspirativa do Partido e

em particular dos seus organismos de direcção e de todo o quadro de funcionários.

A análise do desastre de Dezembro de 1961 e dos sucessivos golpes que a Direcção do Partido sofreu em 1962, mostra que o Partido não está capazmente defendido da repressão fascista. Com estes golpes policiais caíram na cadeia, no espaço de menos de um ano, 19 funcionários do Partido, 6 dos quais do Comité Central, foi assassinado um outro funcionário, cinco casas ilegais foram assaltadas, muita documentação foi apanhada e o Partido sofreu prejuízos materiais avultados. A continuação das prisões em tal ritmo poderia ter consequências desastrosas para a luta da classe operária e de todo o povo.

Como foi possível chegar a uma situação em que o Partido se tornou de tal modo vulnerável à acção do

inimigo? Não basta de forma alguma atribuir as prisões à intensificação da repressão; elas revelam também graves deficiências na actividade da Direcção do Partido.

Graves deficiências conspirativas

O Comité Central salienta que não se teve em devida conta que a intensificação da luta popular só poderá resultar do fortalecimento da organização partidária e anti-salazarista e da sua profunda ligação com as massas e nunca da acção de alguns quadros do Partido, por mais destacados que sejam; como isso não foi compreendido, estabeleceu-se durante anos uma centralização das tarefas que conduzia a uma movimentação frenética dos quadros mais responsáveis do Partido, em primeiro lugar os do Secretariado.

Foi essa centralização absorvente que facilitou ao inimigo vibrar em Dezembro de 1961 um profundo golpe na Direcção central do Partido. Foi essa mesma centralização das tarefas e a enforia que se apos-

(continua na 2.ª pág.)

COMISSÃO EXECUTIVA DO COMITÉ CENTRAL

Entre as resoluções do C.C. tem especial importância a que se refere à organização e defesa do trabalho de Direcção do Partido. Nesse documento, considerando as grandes responsabilidades que o desenvolvimento do movimento democrático coloca ante o Partido, considerando a intensificação da repressão fascista e a necessidade de garantir a continuidade e estabilidade do trabalho de direcção, o Comité Central resolve:

- 1) manter fora do país o Secretariado do C.C. ou, pelo menos, a maioria dos seus membros;
- 2) Criar um organismo, denominado Comissão Executiva do Comité Central com o encargo de dirigir o trabalho diário do Partido;
- 3) aprovar as medidas adoptadas pelo Secretariado no sentido duma efectiva descentralização das tarefas da Comissão Executiva, dos membros do C.C. e de outros organismos e militantes com trabalho de direcção.

CONFERÊNCIA DE REPRESENTANTES DA OPOSIÇÃO ANTI-FASCISTA

Uma reunião da maior importância política teve lugar, algures na Europa de 19 a 21 de Dezembro, entre representantes das forças da oposição anti-fascista portuguesa.

No comunicado saído dessa reunião, os seus participantes reafirmam «o propósito de se manterem unidos, hoje numa Frente Patriótica de Libertação Nacional para varrerem o fascismo da terra portuguesa, e amanhã para a construção duma ordem democrática que representantes do povo livremente eleitos estabelecerão numa futura Assembleia Constituinte».

Depois de debaterem largamente as insuficiências da organização unitária, os participantes na Conferência aprovaram medidas que conduzam a um maior desenvolvimento da acção, sob a direcção da Junta Patriótica Central, organismo supremo para o interior e para o exterior, da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Após a discussão sobre as duras condições em que prossegue a luta do nosso povo, sujeito a uma repressão cada vez mais violenta, os participantes manifestaram a sua confiança numa vitória breve que a grande luta da classe operária, dos camponeses, as acções dos militares, dos intelectuais e da juventude permitem antever e confirmaram a sua decisão inabalável de conduzirem o povo português ao levantamento nacional popular.

Os participantes na Conferência reconheceram de comum acordo

(continua na pág. 5)

OS SOLDADOS ORGANIZAM-SE

em novas lutas contra a guerra

A luta dos nacionalistas angolanos tem vindo a progredir em extensão e eficiência. Multiplicam-se as notícias de que a situação militar e económica em Angola é cada vez mais difícil para os colonialistas portugueses. A este respeito, é particularmente significativo o depoimento feito na sessão de 21-10-62 da Reunião Extraordinária do Conselho Ultramarino por um desses colonialistas, o engenheiro António Garcia de Castilho, que, depois de referir diversos ataques importantes ocorridos em zonas que se consideravam já «pacificadas», declarou: «A extensão das zonas afectadas actualmente pelo terrorismo é quase igual à maior de sempre e a guerra evolui de puramente selvagem com armas rudimentares para uma guerra de guerrilheiros perfeitamente organizada e dispondo os seus elementos de armas modernas». Um reflexo desta nova situação é a notícia de que chegaram

de Angola 189 feridos, em três levas, os quais foram para o Hospital da Estrela.

Importantes lutas dos soldados

Verifica-se a intensificação de acções de protesto dos soldados portugueses por terem de participar na odiosa guerra desencadeada pelo fascismo, à qual se sentem totalmente alheios. Assim, em princípios de Novembro, uma companhia recusou-se a partir para o combate, alegando cansaço e falta de notícias. O comandante exigiu a saída, ameaçando usar de todos os meios. Perante a firmeza inabalável de todos os soldados, abriu fogo e matou um deles, mas os outros mantiveram-se firmes na sua atitude; os tenentes e afeires que, perante a brutalidade do comandante, se solidarizaram com os soldados, também se recusaram a partir para o comba-

te. A companhia não partiu. Houve numerosas prisões de oficiais e praças que foram conduzidos para Luanda.

Também os soldados paraquedistas de uma companhia em Angola levaram a cabo uma importante luta. Fizera uma exposição ao capitão com as seguintes reivindicações: aumento de pré e melhores condições; que acabe a mentira de se dizer que já não há guerra quando eles se arriscam diariamente; que termine a repressão em massa que os obrigam a fazer contra os angolanos. Empreenderam ainda um importante movimento de protesto: por meio de tarjetas feitas à mão convocaram todos os camaradas para uma reunião a fim de discutir os seus problemas; a esta reunião, a que outras se seguiram, compareceram mais de 100 soldados. Entretanto, as reuniões foram denunciadas pelo sar-

(continua na 6.ª pág.)

A REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

(continuação da 1.ª pág.)

sou de alguns sectores do Partido perante as grandes manifestações políticas, que conduziram às prisões de Abril e Maio, atingindo profundamente as Direcções Regionais do Norte e de Lisboa do Partido.

Como foi possível que este estilo de trabalho se prolongasse durante tantos anos? Apesar das deficiências do trabalho conspirativo virem sendo criticadas há muito, praticamente por todo o Partido, os erros graves continuavam porque se estabelecera um espírito de desculpa e tolerância para com as faltas, porque a Direcção do Partido não impunha uma disciplina de ferro em matéria conspirativa e não era a primeira a dar o exemplo, permitia que se enfraquecesse o trabalho colectivo e resistia à crítica e à auto-crítica séria nestas questões.

O Comité Central concluiu que estes erros têm uma mesma origem comum: a subestimação do fascismo e da sua força repressiva, a subestimação do papel do Partido, das suas responsabilidades na luta anti-fascista. Por isso, o Comité Central insiste em que, para um sério trabalho conspirativo, não devemos esquecer que a existência do nosso Partido, a sua acção e o seu fortalecimento, são factores fundamentais para a libertação do nosso povo, que o Partido tem e terá um papel decisivo na luta anti-fascista.

Corrijamos os nossos erros

O Comité Central, que reconheceu a sua responsabilidade nos graves erros cometidos, resolveu censurar os camaradas Pires Jorge, Octávio Pato, António Dias Lourenço, Américo de Sousa, Carlos Costa e José Magro pelos gravíssimos prejuízos que as suas faltas trouxeram ao Partido. Ao mesmo tempo, como é evidente, o C.C. destaca que esta censura não se estende a outros aspectos da actividade dos mesmos camaradas e saudá-los pelo exemplo de firmeza e abnegação que deram perante o inimigo.

Censurando a actividade destes dirigentes do Partido, submetendo a uma crítica severa e intransigente a actividade conspirativa dos membros do C.C. e dos funcionários do Partido, o Comité Central dá o primeiro passo para se implantar em todo o Partido um novo estilo de trabalho. Mas este é apenas um primeiro passo. Os golpes que o Partido tem sofrido não se limitam às baixas na sua Direcção. Durante o ano de 1962, algumas organizações do Partido foram duramente atingidas pela polícia, para o que contribuíram em grande medida as graves deficiências que se verificam nos escalões intermédios e na base do Partido.

Este jornal representa muitos esforços e perigos. Não o destruas! Passa-o a uma pessoa de tua confiança ou larga-o onde possa ser apanhado por algum trabalhador!

OIÇA A RÁDIO!

MOSCOVO: Diariamente, em português, das 17,30 às 18 e das 19,50 às 20 horas pelas ondas de 31, 41 e 49 metros.

PRAGA: Diariamente, em português, das 19 às 19,30 h. e das 23,30 às 24 h. em 16,19 e 25 metros e em ondas médias, em 233 metros.

A defesa do Partido tem de ser uma tarefa de todos os militantes. Todos os camaradas devem pensar com cuidado e actuar com presteza na defesa da organização de que fazem parte e na sua defesa pessoal, devem conhecer e defender com intransigência as regras conspirativas, devem estar vigilantes ante a acção dos provocadores e das forças repressivas. Devem igualmente esforçar-se por estruturar e alargar a organização e por a ligar estreitamente às massas, condições que são fundamentais para permitir uma boa defesa da nossa actividade.

Lutemos contra a traição

Muitas das prisões efectuadas pela PIDE ao longo do ano passado em Coimbra, Lisboa, Porto, Almada, Barreiro, Sacavém, Couço, foram devidas à traição de elementos que, uma vez presos, entraram no caminho das declarações, das denúncias e das confirmações. A acção da PIDE para enfraquecer a luta popular recebe assim a colaboração daqueles que, não tendo espírito revolucionário, incapazes de verdadeiros sacrifícios, à primeira dificuldade se passam para o campo do inimigo. Assim fizeram entre outros os miseráveis Eduardo Viana, Manuel Estanqueiro e Evelina Ferreira,

cujos nomes são hoje odiados pelo povo.

É necessário travar uma luta intransigente contra a traição. É necessário que para cada comunista esteja bem claro que, se for preso, ele tem de cumprir os seus deveres em relação ao Partido, à classe operária e ao povo.

Os exemplos de firmeza dados desde Dezembro passado pelos camaradas Pires Jorge, Octávio Pato, Dias Lourenço, Américo de Sousa, Carlos Costa, José Magro, Augusto Lindolfo, Júlio Martins, João Honrado, Albina Fernandes, Natália David, Colélia Fernandes, José Bernardino, Silva Marques, Jorge Araújo, só para citar os que não há inconveniente em apontar como membros do Partido, devem ser seguidos por todos os que sinceramente desejam a libertação do nosso povo e o reforçamento da acção do proletariado português.

Unamo-nos em torno do Comité Central na grande tarefa da defesa do nosso Partido!

Reforcemos em todos os escalões a disciplina e a vigilância revolucionárias!

Que cada militante dê o exemplo no melhoramento do trabalho conspirativo!

Um grande Partido Nacional

— A RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL SOBRE ORGANIZAÇÃO

Dando o balanço à organização do Partido, o Comité Central verificou que a linha traçada na Reunião de Dezembro de 1960 tem estado a ser levada à prática e se registam importantes sucessos; em quase todo o Partido vive-se um ambiente de maior compreensão pelos problemas da organização, fazem-se campanhas de recrutamento, constituem-se novos organismos e presta-se maior ajuda aos quadros. Contudo, os progressos fazem-se ainda num ritmo muito lento e é indispensável acelerá-los.

Algumas deficiências

Quais as deficiências principais que entravam o crescimento do Partido?

O mau trabalho conspirativo que tem permitido à polícia vibrar sucessivos golpes nas organizações partidárias; o baixo nível político que leva muitos militantes a não assimilarem a linha do Partido e a deixarem-se influenciar por tendências golpistas e anarquistas, descurando o trabalho de organização; a fraca estruturação do Partido, as ligações individuais, que fazem com que seja débil a vida política de muitas das suas organizações; a falta de quadros, o número insuficiente de militantes dotados de sólida consciência revolucionária, de experiência e firmeza, capazes de empurrar decididamente o Partido para a frente; e finalmente, a insuficiente ligação com as massas, que se verifica pela reduzida influência nas organizações de massas e pelo pequeno número de organismos unitários.

Realizemos o plano para 1963

Para o ano que agora começa, o Comité Central aprovou um plano

de organização. A realização desse plano, para a qual é necessário ganhar a adesão de todos os militantes, representará um passo muito importante e absolutamente necessário para que o Partido possa realizar as grandes tarefas que lhe cabem na luta do nosso povo contra o fascismo. Com a realização do plano para 1963, os efectivos do Partido alcançarão os seus mais altos valores, em todas as regiões passará a fazer-se sentir a influência do Partido, que se tornará mais coeso e estruturado.

Onde organizar o Partido?

Para que sectores fundamentais se deve voltar a actividade organizativa do Partido?

1.º para o proletariado — o Comité Central traça a tarefa de multiplicar por 4 durante o corrente ano o número de secretariados de empresa, de modo a elevar decisivamente a influência organizada do Partido entre a classe operária. É para as grandes empresas e grandes concentrações operárias que se deve voltar o esforço principal do Partido.

No que respeita ao proletariado agrícola, a organização partidária deve reforçar-se e estruturar-se, alargando-se também às regiões onde o Partido ainda é pouco influente.

2.º para o campesinato — uma das questões mais sérias que o Partido enfrenta é a sua diminuta influência entre o campesinato. O Comité Central destaca que é preciso alargar rapidamente os pequenos progressos realizados e caminhar no sentido de levantar os camponeses na luta pelos seus interesses, contra os grêmios e os monopólios, contra os agrários e o governo salazarista.

3.º Para as forças armadas — sem que haja nas forças armadas uma forte organização partidária e uma

RÁDIO PORTUGAL LIVRE

ao serviço do Povo

Uma das armas desde sempre utilizadas pela ditadura para desorganizar a resistência do nosso povo tem sido a campanha de mentiras, a deturpação dos acontecimentos, a barreira da censura. Por isso, difundir a verdade sobre a luta diária do povo, desmascarar as arbitrariedades e crimes do regime é uma importante tarefa para alargar a frente de luta contra Salazar.

Há cerca de um ano, Rádio Portugal Livre vem participando nessa tarefa. As notícias e comentários da Rádio Portugal Livre esclarecem diariamente muitos milhares de portugueses e têm já contribuído para a organização e desencadeamento de importantes lutas. Valorizemos esta arma ao serviço do nosso povo popularizando as suas emissões, organizando grupos de ouvintes, recolhendo notícias para lhe serem enviadas.

Novos horários:

Das 19 às 19,30 em 32 metros. Das 21,15 às 21,45 em 32 metros. Das 23,30 às 23,50 em 36,40 e 43 metros

ampla organização unitária não será possível conseguir as condições para o triunfo do levantamento nacional. Todo o Partido deve ser ganho para a compreensão da grande importância política desta tarefa, de modo a elevar muito a força da organização militar do Partido.

4.º Para as mulheres e juventude — o CC verificou que os progressos neste campo se localizam a um ou outro sector e que continua a haver incompreensões muito generalizadas. Há regiões onde ainda não existe um só organismo de jovens militantes do Partido. Criar uma forte organização partidária de jovens capaz de mobilizar a juventude para a luta pelas suas aspirações, recrutar mulheres e chamá-las decididamente aos organismos do Partido, são tarefas fundamentais para alargar a influência do Partido.

5.º Para a intelectualidade — a estagnação das organizações intelectuais do Partido deve ser vencida por um largo recrutamento e por acções em defesa dos interesses próprios dos intelectuais e dos interesses gerais do país.

Um Partido ligado às massas

Porém, não basta que o Partido penetre organizadamente nos sectores fundamentais. É necessário que a ligação da organização partidária com as grandes massas populares se torne mais estreita pela multiplicação dos organismos de unidade legais ou ilegais: comissões reivindicativas, sindicais, pró-aminista, pela paz, juntas de Acção Patriótica, etc.

Realizando a orientação traçada pelo CC, façamos esforços diários para alargar, consolidar, estruturar e defender o Partido! A luta da classe operária e de todo o nosso povo precisa de um grande partido nacional!

A CONFERÊNCIA EUROPEIA PRÓ-AMNISTIA

grandiosa jornada de solidariedade à luta do povo português

Respondendo a um apelo assinado desde o princípio deste ano por muitos milhares de pessoas, homens políticos, dirigentes de organizações sindicais e culturais, etc, mais de 350 delegados, observadores e convidados de vários países europeus reuniram-se em Paris, na sala de conferência do Palácio da Defesa, a 15 e 16 de Dezembro. Entre os participantes contavam-se personalidades francesas, inglesas, italianas, belgas, suíças, holandesas, espanholas, gregas, etc. Estavam também observadores dos Estados Unidos, América Latina e Europa Oriental, assim como uma delegação de observadores portugueses.

Os trabalhos da Conferência começaram sábado de manhã, presididos pelo advogado Roger Supervielle, o qual pronunciou a alocução de abertura analisando as contradições existentes entre a repressão política feita em Portugal e os direitos aparentemente garantidos pela constituição em vigor no seu artigo 8.º Supervielle sublinhou a importância da realização da Conferência em curso, a primeira manifestação europeia solidária com os presos políticos em 36 anos do regime de Salazar.

O informe de introdução foi apresentado, em nome do Secretariado Internacional, organizador da Conferência, pelo advogado Emilio Lopane, membro da Direcção do Partido Radical Italiano. Fez uma brilhante exposição traçando as origens da actual campanha pela Amnistia em Portugal, campanha que fora começada por assembleias semelhantes na América Latina, e por apelos que vieram mesmo de Portugal. Traçou a história e a acção dos diferentes Comités, as inumeráveis adesões recebidas em todos os países, as manifestações e reuniões organizadas desde o princípio do ano, as demarches junto das Embaixadas portuguesas, tirando como conclusão que o fim desta Campanha estava em vias de ser atingido, o dar a conhecer a violação permanente dos princípios do Direito que se verifica em Portugal, de quebrar o muro de silêncio em volta desta aflitiva situação dos presos em Portugal e do povo português. Lopane indicou por outro lado qual o fim desta Campanha em favor da Amnistia e como correspondia a uma fase de evolução política em Portugal e da solidariedade

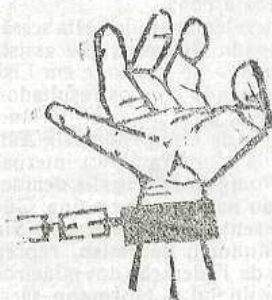
de no estrangeiro. Referiu-se, em termos vivos, aos processos políticos aos quais assistiu como observador e insistiu na importância da continuidade e alargamento da actual campanha, baseando as suas conclusões sobre uma análise em comparação entre uma situação que em Portugal não é somente inumana, mas anacrónica em relação à evolução da Europa.

Fimada a sessão, os congressistas foram convidados para uma recepção na Mairie de Puteaux, onde o presidente do Concelho Geral do Sena, depois de se ter referido ao facto de que, sobretudo neste último ano, desde que a resistência do povo endureceu, a repressão não tem feito senão crescer, não excluindo nenhuma camada, concluiu dizendo que se torna urgente ampliar a campanha já iniciada a fim de arrancar os presos políticos das prisões e obter para eles uma amnistia total.

De tarde os trabalhos da Conferência recomeçaram sob a presidência de Sir Leslie Plumer, deputado trabalhista da Câmara dos Comuns Inglesa, o qual sublinhou a importância da campanha pela Amnistia para defender a vida e os direitos dos presos — se os países democráticos reagissem a tempo — assim como a liberdade dos portugueses e dos povos coloniais.

O advogado Adrien Woliers, de Bruxelas, falou sobre certos aspectos jurídicos da repressão política em Portugal especialmente sobre a ausência de fundamento legal da repressão, o desenrolar arbitrário dos processos, a ausência de condições dadas à defesa, o sistema de torturas, especialmente a tortura da «estátua», a anomalia jurídica das «medidas de segurança» que permitem manter indefinidamente presos os condenados depois de ter-

(continua na 4.ª pág.)



As Resoluções da Conferência

Entre as principais resoluções adoptadas pela Conferência destacamos:

- Levar ao conhecimento da opinião pública internacional os resultados e decisões da Conferência;
- Organizar delegações representativas e exercer pressões junto das embaixadas portuguesas dos países respectivos;
- Dirigir-se às diversas organizações internacionais apoiando as posições tomadas por algumas delas; dirigir-se aos parlamentos dos países respectivos;
- Preparar uma delegação que leve ao conhecimento das autoridades portuguesas a exigência da Conferência;

— A Conferência propõe que se erem nos países onde ainda não existem novos Comités Nacionais pela Amnistia em Portugal.

Mensagem AOS PRESOS POLÍTICOS PORTUGUESES

No final dos seus trabalhos, a Conferência aprovou uma mensagem aos presos políticos portugueses de que transcrevemos as passagens principais:

«Durante os dois dias da Conferência, os nossos pensamentos foram mais que nunca para todos vós, homens e mulheres desejosos de liberdade e de justiça que sofreis nos cárceres fascistas, muitas vezes há já longos anos, torturas físicas ou morais, privações e humilhações.

Durante dois dias foram trazidas as informações e os testemunhos mais impressionantes sobre a sorte desumana que o fascismo de Salazar reserva às suas vítimas.

Conhecemos e denunciámos ao mundo civilizado as atrocidades infligidas diariamente aos patriotas portugueses na PIDE e nas salas de torturas das sinistras prisões do Aljube, Caxias e Peniche.

Sabemos que farsa de justiça constituem as audiências dos tribunais plenários no decurso das quais só os vossos carrascos têm direito a falar. Sabemos o que significam as chamadas «medidas de segurança» cuja aplicação repetida equivale, para aqueles que não consentem em renegar-se, à detenção perpétua.

A Conferência quer, antes de se separar, lançar-ve por cima dos muros e do arame farpado das vossas prisões, esta mensagem de solidariedade e de amizade actuante. Coragem, queridos amigos portugueses!

Pela sua nobreza e a sua coragem, o vosso povo ganha a admiração de todos os homens livres de todo o mundo. Ele saberá libertar-se das cadeias da ditadura fascista.

Pela nossa parte, cumprimos o nosso compromisso de tudo fazer para alcançar o objectivo da nossa Conferência: a vossa rápida libertação e, para os vossos irmãos exilados, o regresso próximo à Pátria.

Como foi o Natal dos presos

Defendamos os presos de Peniche!

Para os presos desta aldeia a vida está-se tornando insuportável. Em represália contra os sucessivos levantamentos de rancho a que têm recorrido, por terem sido até aqui ineficazes os outros protestos, os presos estão a ser alvo das maiores violências: Em meados de Dezembro foram-lhes tiradas as camas e as cadeiras e estão a dormir no chão de cimento. Foram castigados com dois meses sem visitas, incluindo as do Natal e de Ano Novo, mas entretanto a maioria continua sem elas e os carcereiros recusam-se a dar qualquer explicação; não há recreios, estão sem assistência médica e sem tratamento, não lhes são entregues as encomendas das famílias e não podem comprar quaisquer géneros, estão sem jor-

nais, sem correspondência, tudo isto há mais de dois meses; forças policiais de colaboração com a PIDE já têm impedido o acesso das famílias ao Foral!

O dr. Humberto Lopes, Agostinho Saboga, Severiano Falcão e outros três presos foram castigados com cinco dias de segredo por terem abandonado uma visita como protesto contra as provocações dos guardas. À porta do segredo, o dr. Humberto Lopes foi derrubado e agredido a pontapé, soco e casetele pelos guardas Rosa e Vieira; além destes, destacam-se pela sua brutalidade os guardas Poupá, Tomás e Lousada. A situação nesta cadeia, onde o director afirma que não hesitará em matar um preso para exemplo, é da maior gravidade e exige uma acção imediata de todos

Da sala de visitas para as celas

Os presos de Caxias, que estão provisoriamente no Reduto dos presos comuns, estavam a ter visitas sem parlatório. Mas no dia 2 de Janeiro as famílias e os presos separaram com duas redes a separá-los. Levantaram-se logo protestos e todos recusaram ter visitas naquelas condições. No dia seguinte continuavam as redes e os protestos prosseguiram cada vez mais fortes. Surgiu então o director, inspector da PIDE Gomes da Silva, a ameaçar as famílias com a prisão.

Como os protestos continuassem, o director não hesitou em prender 5 mulheres!

Manuel Rodrigues deve ser libertado!



Manuel Rodrigues

O grande patriota e lutador popular Manuel Rodrigues da Silva continua preso a pretexto das arbitrarias «medidas de segurança», desde 1959, sujeito às terríveis condições prisionais existentes actualmente em Peniche. Com a saúde muito debilitada por 23 anos de prisão, dos quais os últimos 12 consecutivos, e pela trombose cerebral que o paralisou parcialmente há um ano, a sua vida está em constante perigo, à mercê do ódio dos carcereiros fascistas. O movimento geral pela Amnistia deve sublinhar a cada passo a libertação deste destacado patriota, como primeira tarefa imediata. Actualmente, no estrangeiro está sendo desenvolvida uma larga campanha a seu favor.

De norte a sul de Portugal exijamos numa só voz: Liberdade para Manuel Rodrigues da Silva!

A CONFERÊNCIA EUROPEIA

(continuação da 3.ª pág.)

minada a pena.

Intervieram ainda nesta sessão, o advogado **Ducieux**, que assistiu a processos no Porto e em Lisboa, sublinhando com os resultados do processo do Porto a importância e eficácia da Campanha pela Amnistia e da pressão pública internacional; **Pompeo de Angelis**, democrata cristão italiano; **Germaine Guille**, representante da Federação Sindical Mundial; **Beermish**, representante da Federação dos mineiros de Gales do Sul; **J. Normann**, secretário Geral da Associação Internacional dos Juristas Democratas; **David Lambert**, da Federação Internacional das Ligas dos Direitos do Homem que se referiu ao encerramento da Liga dos Direitos do Homem em Portugal, há já alguns anos, e **J. C. Roure**, Presidente da União Nacional dos Estudantes de França, que propôs para 1963 uma Conferência Internacional de Solidariedade para com os Estudantes Portugueses.

A situação dos presos políticos

Na sessão de domingo de manhã, assumiu a presidência o Deputado **Licáusi**, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados Italiana **Judith Hart**, deputada trabalhista inglesa, apresentou um informe sobre a situação humana, material e moral dos presos políticos em Portugal e suas famílias, informe baseado sobre um inquérito feito em Portugal, concluindo pela necessidade duma Amnistia completa e duma concreta solidariedade para com os presos políticos portugueses.

Falaram durante esta sessão: **Marcel Caille** da CGT; **Jean Lanne** da Confederação de Trabalhadores Cristãos que se referiu à sua viagem de inquérito em Portugal, e à gravidade da repressão que recaí sobre os trabalhadores (pois que as reivindicações e a greve são consideradas como um «crime») e cujo nível de vida é extremamente baixo; **Roland Weyl** denunciou as condições nas quais decorreu o último processo em Lisboa, especialmente o de **Octávio Pato**, onde esteve como observador; o poeta espanhol **Marcos Ana**, libertado depois de 23 anos de prisão em consequência da Campanha pela Amnistia em Espanha, saudou calorosamente a Conferência e sobretudo os seus irmãos portugueses presos ou no exílio e o povo português cuja luta, disse ele, é comum com a do povo espanhol. Prometeu falar em todas as Conferências que vai fazer na América Latina, especialmente da situação dos presos políticos portugueses. **Helen Ward**, do Comité para a Amnistia em Portugal, apresentou um informe deste Comité e uma vibrante mensagem de **Bertrand Russel**.

Solidariedade da Grécia

No domingo de tarde os Delegados foram recebidos pela Municipalidade de Nanterre, tendo o Maire **Raymond Barbet** pronunciado uma calorosa alocução de acordo com os fins da Conferência.

A presidência durante a sessão da tarde foi ocupada primeiro pelo advogado **Slusny** e em seguida por

Milena Bena, deputada grega que se referiu com a maior simpatia à campanha pela Amnistia em Portugal, tanto mais que também na Grécia os presos políticos merecem uma campanha pela Amnistia. O povo grego, disse ela; compreende e segue com a maior atenção esta campanha pela Amnistia em Portugal, e envia saudações fraternais aos seus irmãos portugueses que conhecem as prisões fascistas.

Falaram ainda o pastor batista **Blakeborough**, inglês, do «Conselho para a Liberdade em Portugal e Colónias»; **Vignerón**, representando o sindicato do Ensino Superior; **Stevens**, do Comité holandês pela Amnistia em Portugal; **Neville Vincent**, advogado inglês que já assistira a processos políticos em Portugal e pertence ao Movimento Internacional «Amnistia».

A intervenção de Maria Lamas

Em seguida tomou a palavra, em nome da delegação dos observadores portugueses e por iniciativa do presidente da Conferência, a grande patriota **Maria Lamas** que foi recebida de pé e em seguida escutada no maior silêncio por todos os delegados visivelmente emocionados. **Maria Lamas** declarou que os portugueses seguem atentamente os trabalhos da Conferência e depois de se ter referido às mensagens e saudações vindas de Portugal e às actuais condições da repressão em Portugal, disse: «As prisões estão repletas — como nunca. Nós queremos, nós reclamamos, uma Amnistia para todos os milhares de patriotas. Mas nós queremos uma Amnistia que seja verdadeira, real e sem exclusividades! Porque para os portugueses a palavra Amnistia equivale àquela *caridade por Eluard*».

A assistência emocionada e de pé, saudou demoradamente **Maria Lamas**, que foi em seguida convidada para a mesa da Presidência.

Outros oradores da sessão foram: **Smith**, do Sindicato dos Impressores Britânicos; **Batista Roca**, presidente do Comité Nacional Catalão na Grã-Bretanha; **Albert Lodge**, professor da Universidade de Leeds, antigo leitor na Universidade de Lisboa e expulso por Salazar; **Michini**, da delegação italiana; **Julio Centenero**, da União dos Estudantes Italianos; e **Javier Flores**, da Acção Republicana Espanhola. **Jean-Marie Domenach** falou como católico para defender o não-compromisso da Igreja para com um regime que comete violências brutais, atribuindo-se a defesa da civilização cristã, ao mesmo tempo que exila o bispo do Porto e prende padres católicos.

A Conferência terminou depois de ter ouvido e discutido os informes da Comissão para o Apelo à opinião pública e da Comissão das Recomendações de Acção, os quais foram aprovados por unanimidade. **Daniel Vidal**, secretário do Comité Internacional, fez um discurso de encerramento agradecendo a todos os participantes.

APELO AOS PORTUGUESES Conquistemos uma ampla Amnistia

A Amnistia aos presos e exilados políticos é uma aspiração sentida por todos em Portugal. À sua volta unem-se numa só voz os desejos de milhões de portugueses.

A experiência de 36 anos já mostrou que quando o povo sabe aliar os seus anseios à acção unida e organizada, consegue concessões que o fascismo não estaria disposto a fazer de outro modo.

Nas prisões políticas estão, entre centenas de outros portugueses, **Manuel Rodrigues da Silva** (há 23 anos), **Pires Jorge**, **Octávio Pato**, **Dias Lourenço**, **Américo de Sousa**, **Carlos Costa**, **Manuel Guedes**, cap. **Varela Gomes**, **José Magro**, **Afonso Gregório**, **José Vitoriano**, **Cândida Ventura**, **Alda Nogueira**, **Aboim Inglês**, **Sofia Ferreira**, **Adolfo Ramos**, **Fernanda Tomás**, **Joaquim Carreira**, **Augusto Lindolfo**, **Carlos Brito**, **Orlando Ramos**, **Júlio Martins**, **João Honrado**, **José Rolim**, **Mário Sena Lopes**, **Ivone Lourenço**, **Albina Fernandes**, **Aida Paulo**, **Aida Magro**, **Maria Piedade dos Santos**, **Natália David**, **Colélia Fernandes**, **Albertina Diogo**, Dr.ª **Julieta Gândara**, **Joaquim Velez**, **José Bernardino**, **Dr. Humberto Lopes**, **João Raimundo**, **António Santo**, **Agostinho Saboga**, **Armando Norte**, **José Pacheco**, **Luís Nogueira**, **António Lima**, **Oscar Figueiredo**, **Severiano Falcão**, **Manuel Serra**, **Manuel Pedra**, **José Casanova**, **Mário Franco de Sousa**, **Ten. Hipólito dos Santos**, **Manuel Pedro**.

É possível arrancar das prisões estas centenas de patriotas como o demonstraram recentemente a libertação de **Maria Ângela Vidal**, **Maria Luísa Costa Dias**, **Luísa Paulo**, do grande patriota angolano **Agostinho Neto**, entre outros. É possível arrancar ao fascismo uma larga amnistia aos presos políticos se se formar em todo o país um movimento nacional incomparavelmente mais forte de que o que já existe, mobilizando e unindo na luta centenas de milhares de pessoas. Ao lado do povo português estão as forças democráticas do mundo inteiro, que numa magnífica expressão de solidariedade realizaram recentemente em Paris a primeira Conferência Europeia pela Amnis-

tia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses.

A repressão cada vez mais intensa, as torturas da PIDE, a situação alarmante e os apelos vindos das prisões, exigem que se intensifique e alargue a organização de toda a espécie de acções para a Amnistia e de assistência aos presos. Há que criar na base da mais ampla unidade, por todo o país uma verdadeira rede de comissões Pró-Amnistia e de assistência, capaz de realizar pequenas e grandes acções concretas.

Assim o compreenderam já os portugueses que em Lisboa e noutras terras recolheram 3.000 assinaturas para o Apelo Nacional para a Amnistia, que no Barreiro recolheram recentemente mais de 400 assinaturas, que publicaram em Lisboa e noutros pontos do país documentos, mensagens, postais, cartazes, tarjetas, etc, relacionados com a recente Conferência; assim o compreendem as famílias dos presos que têm enviado às autoridades e às embaixadas cartas com centenas de assinaturas protestando contra a situação prisional, contra a ameaça da deportação para o Tarrafal e reclamando a Amnistia.

Transformemos em acções e jornadas de luta as aspirações dos portugueses a uma Amnistia imediata a todos os presos políticos!

DEFENDAMOS

Dias Lourenço!

Decorreram 2 meses sobre o nosso pedido de apoio para o camarada **Dias Lourenço**. Se já então era gravíssima a sua situação prisional, actualmente cre-se que se possível, piorou ainda. Sempre comunicável desde a sua prisão, tem sido frequentemente transferido do segredo de Caxias para o do Aljube e deste para aquele. Tudo leva a pensar que lhe têm sido aplicadas torturas; sabe-se que foi espancado, e por mais de uma vez submetido à tortura do sono. Há que dar a este destacado lutador, por todos os meios ao nosso alcance, o apoio vigoroso que é necessário para defender a sua vida.

Saudação da Junta Patriótica

«A Junta Central de Acção Patriótica — organismo de unidade que agrupa todas as forças políticas anti-fascistas portuguesas — saúda fraternalmente o Comité dos países da Europa Ocidental para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos. Em nome do povo português, escravizado há 36 anos sob o jugo dum terrível regime político, a Junta Central de Acção Patriótica manifesta o seu reconhecimento pelo trabalho realizado para obter medidas mais humanas para com os presos políticos e uma ampla Amnistia. A solidariedade internacional das nações democráticas para com o povo português é um elemento essencial na luta pela sua libertação, elemento tanto mais apreciado quanto é certo que o odioso regime fascista de Salazar beneficiava, ainda há pouco tempo, duma cortina de silêncio que hipocritamente soube estabelecer à sua volta. Por isto — e pelos importantes resultados já obtidos — a acção humanitária do vosso Comité representa para os portugueses de todas as correntes políticas e religiosas agrupados nas Juntas de Acção Patriótica, estimulante de incalculável valor e uma prova do apoio e da solidariedade internacional que reconhecemos com a mais viva gratidão.

Recebei, queridos amigos, as nossas melhores saudações democráticas e fraternais».

A Junta Central de Acção Patriótica

UM EXEMPLO

Maria Custódia Chibante, do Couço, foi presa na madrugada de 27 de Abril com muitas outras pessoas da sua terra por forças da PIDE e da GNR e levada para o Forte de Casias.

No dia 12 de Junho foi levada para a PIDE onde esteve 98 horas em interrogatório contínuo. Como se recusasse a responder e recusasse a comida em protesto por não a deixarem dormir, foi esbofetada e depois espancada com um cassetete e a soco e pontapé pelas pides Madalena, Odete e uma outra. Os braços, a cara, todo o corpo estava negro com pancadas; arrancaram-lhe cabelos; tinha o olho esquerdo bastante inchado, quase que não via dele. Com tanta pancada, o sangue corria-lhe do nariz e dos ouvidos saía líquido; punha as mãos na cara para defender os ouvidos mas as polícias batiam-lhe com o cassetete nas mãos.

No dia seguinte, a tortura continuou e foi espancada pelo agente Silva; com os espancamentos agravou-se-lhe o reumático e ficou sem poder mexer os braços e as pernas. Deitaram-na num colchão encostado à parede e assim continuou o interrogatório, mas ela a nada respondia. Por fim, levaram-na em braços para a cadeia onde esteve 8 dias de cama sem se poder mexer.

Passados alguns dias foi de novo levada para a PIDE e interrogada pelo chefe de brigada Silva Carvalho, que a espancou e lhe escarrou na cara por ela recusar responder e recusar assinar os autos.

No dia 11 de Outubro, antes de ser posta em liberdade, de novo o chefe de brigada Silva Carvalho a espancou com a mão em cutelo, com pontapés e pancadas na nuca, insultando-a com os piores nomes.

Maria Custódia esteve presa cinco meses e meio sem visitas da família, sem livros nem jornais. Foi recebida na sua terra por 400 pessoas que a levaram a casa. Durante muitos dias, a casa estava cheia de pessoas a cumprimentá-la. Ela vinha alegre e confiante na sua honra e firmeza.

SOLIDARIEDADE AO P.C. ARGELINO!

A decisão do governo da Argélia de proibir a actividade do Partido Comunista Argelino é um atentado às liberdades tão duramente conquistadas pelo povo após uma longa e sangrenta guerra colonial. O governo de Ben Bella mostra recear o desenvolvimento impetuoso das forças democráticas na Argélia e por isso recorre a meios ilegais, pretendendo decretar a existência dum só partido. Mas o Partido Comunista Argelino, que tem uma tradição gloriosa na luta pela independência da sua pátria, não pode ser esmagado!

O C.C. do nosso Partido, reafirmou recentemente a sua total solidariedade com a acção serena e firme do Partido Comunista Argelino em defesa do direito à sua livre actividade política para o bem do povo argelino e da Argélia. Apelamos para que o povo português manifeste a sua solidariedade aos heróicos comunistas argelinos.

Com este número do «Avante!» sai um suplemento de rubricas com o total de: 35.945\$10

Pelo reforçamento da unidade do movimento comunista mundial

Nos últimos meses, tiveram lugar os congressos de vários partidos Comunistas e Operários, aos quais o nosso Partido enviou as suas saudações fraternas.

Ao 8º Congresso do Partido Comunista Búlgaro assistiu uma delegação encabeçada pelo camarada Francisco Miguel, que se referiu na sua saudação à presente situação internacional: «Graças à existência do poderoso campo socialista, diz a saudação, o imperialismo americano não pôde consumir o seu acto de agressão contra Cuba e a paz do mundo. A existência do campo socialista torna hoje possível a solução pacífica dos graves problemas internacionais que afligem a Humanidade. A coexistência pacífica entre nações de sistemas sociais diferentes faz parte da linha política do campo do socialismo e define a superioridade do regime socialista sobre o mundo capitalista».

Também no 8º Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro foi lida uma saudação em nome do Comité Central do nosso Partido.

No 10º Congresso do Partido Comunista Italiano a delegação do nosso Partido saudou a poderosa solidariedade desenvolvida pelo Partido Comunista Italiano e outras forças progressistas da Itália à luta do povo português, assinalando que essa solidariedade provoca no povo português um profundo sentimento de gratidão e estreita os laços de amizade entre os dois povos.

Na tribuna do recente Congresso do Partido Comunista Checoslovaco, o camarada Alvaro Cunhal leu uma mensagem de saudação em que fez importantes afirmações. Referindo-se às divergências existentes no movimento comunista mundial, o secretário-geral do nosso Partido condenou firmemente a posição aventureira dos dirigentes albaneses, assim como o opoio e encorajamento que eles estão recebendo dos camaradas chineses, e assinalou que o nosso Partido apoia sem restrições a política leninista de coexistência pacífica praticada pela União Soviética, política que recentemente salvou o mundo do desencadeamento duma guerra nuclear.

Conferência de representantes

(continuação da 1ª pag.)

que o povo português, na luta contra o governo fascista de Salazar, tem como objectivo fundamental o estabelecimento em Portugal dum regime de democracia política, económica e social que garanta as liberdades públicas e defenda a nação das forças reaccionárias que dominam a vida nacional na ordem política e económica.

Os participantes na Conferência reconheceram também que é do interesse do povo português conquistar a paz para ele próprio e não a negar aos povos das colónias, que o governo fascista persegue, escraviza e combate, deverão ser garantidas, em condições a negociar, as relações de fraternidade futura, o exercício da autodeterminação e o acesso dos povos das colónias portuguesas à livre escolha do seu destino nacional e à independência.

Os participantes na Conferência apresentaram de comum acordo certo número de conclusões, recomendações e decisões, quer de carácter político, quer destinadas a reforçar a organização anti-fascista unitária. Foi igualmente decidido instalar no exterior uma comissão delegada da Junta Patriótica Central, organismo representativo de apoio à frente interna cuja constituição e localização definitivas serão oportunamente anunciadas.

UM APELO

«Os participantes na Conferência dirigem a todas as forças e sectores da oposição anti-fascista, aos portugueses que empunham a bandeira da Frente Patriótica de Libertação Nacional, a todos os portugueses que ainda não se decidiram a combater o regime, o mais sincero apelo para que seja intensificada a luta, para expulsar do poder o go-

verno que arrasta o país à ruína e ao isolamento e desprestígio internacionais. Dirijem-se ao povo e aos patriotas das Forças Armadas e chamam-nos ao cumprimento do dever sagrado: libertar Portugal».

«Em nome das forças e sectores que representam, os participantes da Conferência assumem perante o povo português o compromisso de tudo fazerem pela continuidade e coesão da unidade combativa da Frente Patriótica de Libertação Nacional, juntos na luta pela Libertação de Portugal, pela paz em Angola, pela construção duma ordem democrática».

Campanha dos Mil Contos

Pelo êxito das Resoluções do Comité Central

A realização da Campanha dos Mil Contos é, para todos os comunistas e simpatizantes uma das tarefas mais importantes do momento. Esse auxílio extraordinário é indispensável para permitir ao Partido vencer as suas actuais dificuldades financeiras. Ao mesmo tempo, tal auxílio terá uma influência muito grande para o cumprimento das resoluções que recentemente o Comité Central tomou no que respeita à defesa conspirativa do Partido e ao fortalecimento e alargamento da sua organização.

Todos os militantes deverão dar uma contribuição extraordinária ao Partido e deverão procurar obter contribuições extraordinárias dos simpatizantes, dos anti-fascistas que conheçam, dos companheiros de trabalho, etc. As iniciativas que têm sido organizadas em diversos secto-

1962 ano de apoio ao povo português

A luta de um povo oprimido e explorado desperta sempre apoio além-fronteiras em todos os países e em todos os homens amantes da paz e da justiça social. Por outro lado, o governo que oprime e explora sempre acaba por cair em desgraça internacional.

Tem sido este o caso português. Vemos as vitimas politicas do Estado Novo serem cada vez mais rodeadas de um avassalador movimento de solidariedade internacional. Vemos o governo salazarista já só encontrar apoio nos outros governos da sua igualhe ou nos dos países que em Salazar jogam uma cartada da sua sobrevivência própria.

Uma vez mais vimos referir a solidariedade mundial que envolve os portugueses que lutam contra o fascismo, solidariedade sempre crescente. A imprensa mundial continua a desenvolver grande acção informativa das lutas contra o fascismo. Mencionamos a Itália (no último ano, os jornais italianos publicaram mais de 400 artigos sobre a repressão em Portugal), a Inglaterra, a França, a Suíça, a Noruega, a Dinamarca, o Brasil a Venezuela, o Uruguai.

Prossegue também a organização de manifestações junto das embaixadas portuguesas em Inglaterra, em França, na Itália, etc. Recentemente uma delegação francesa apresentou à embaixada portuguesa em Paris uma recolha de cerca de 5.000 assinaturas reclamando a amnistia, que o embaixador recusou receber. De referir ainda a carta que o Socorro Popular Francês dirigiu ao embaixador português em Paris protestando contra as violências praticadas sobre António Dias Lourenço.

É também notável o apoio fornecido à luta contra Salazar em actos públicos, desde congressos a sessões de solidariedade. No Congresso Internacional das Mulheres Romanas, onde interveio a camarada Georgete Ferreira, foi esboçado um auxílio activo da maior parte de numerosas delegadas de vários países. Em Moscovo, na Casa da Amizade com o Estrangeiro, realizou-se uma grande assembleia de solidariedade à luta do povo português, em que interveio o camarada Francisco Miguel; também a Rádio Moscovo transmitiu uma importante entrevista com Francisco Miguel. Em Montevideo (Uruguai) teve lugar um Acto de Solidariedade para com o povo português; em Livorno (Itália) realizou-se uma reunião de solidariedade a Portugal. Do Recife (Brasil) foi enviado com 350 assinaturas um protesto contra o julgamento dos democreatos do Porto.

Se recordermos as grandiosas manifestações de solidariedade no aniversário da morte da Catarina Eufémia, as acções pela Amnistia, o veemente apoio com que foram acolhidas as delegações portuguesas aos congressos e reuniões internacionais da juventude, a repercussão dada às lutas de Maio, às lutas dos estudantes e outras — vemos que o panorama da solidariedade internacional ganha uma dimensão cada vez mais enérgica, que acende o ânimo de todos os portugueses que lutam contra a ditadura.

res, desde rifas, sorteios e venda de cupons até importantes dádivas, elevaram em Dezembro o valor das recolhidas a cerca de 145 contos.

Contudo, o ritmo de desenvolvimento da campanha é ainda muito lento. É preciso discutir em toda a parte o significado político da Campanha. A compreensão da importância deste auxílio extraordinário e a iniciativa, auxiliados pelo prestígio e influência do Partido, tornarão possível que a Campanha se realize rapidamente.

Importa que saibamos, com a experiência adquirida neste período, elevar a recolha regular de fundos para o Partido a um nível mais elevado que anteriormente. Isso é necessário para que o nosso Partido possa cumprir as tarefas que tem por diante.

Avante na campanha dos mil contos!

REFORÇAR A UNIDADE E A LUTA POPULAR

— palavra de ordem da reunião do Comité Central

Na sua reunião de Dezembro, o Comité Central do nosso Partido analisou a situação política nacional à luz das grandes lutas de massas travadas no último ano e da intensificação da luta do povo angolano e dos povos das outras colónias pela sua libertação. O Comité Central assinala que hoje, quando o salazarismo atravessa a sua mais grave crise, existem condições para novas lutas de grande envergadura e é para aí que devemos voltar o Partido e todo o movimento anti-fascista.

As lutas contra a guerra colonial, pelo regresso dos soldados e contra os impostos de guerra, as lutas contra a repressão, contra a censura, pela Amnistia e pelas liberdades, as lutas económicas dos trabalhadores contra a exploração, as lutas em defesa da Paz mundial, contra as bases militares dos imperialistas, as lutas contra a carestia e os monopólios — todas estas lutas se podem entrelaçar e ajudar mutuamente, levando a uma fase superior do movimento nacional anti-fascista, encaminhando-o para o levantamento nacional.

Para isso, é de grande importância

Nem um só preso político para o TARRAFAL!

Chegam ao nosso conhecimento notícias alarmantes de que o salazarismo está a enviar para o campo da morte lenta do Tarrafal, os melhores filhos do povo português que se encontram nas prisões políticas de Salazar.

Admite-se mesmo, que já se encontram a caminho desse famigerado campo, os destacados dirigentes populares, Joaquim Pires Jorge e Octávio Pato, membros do Secretariado do C. C. do P. C. Português.

Protestemos contra o envio de presos políticos para o Tarrafal!

UMA GREVE dos pescadores

Na Gafanha (Aveiro), mais de 300 pescadores recusaram-se a aceitar no dia 30 de Novembro as novas matrículas que lhes queriam impor, com os mesmos salários miseráveis de 25\$ a 28\$00. Ameaçados pelos capitães dos barcos e pela PIDE e PSP que se instalaram no porto, os pescadores mantiveram-se firmemente em greve durante dois dias. Depois duma reunião do capitão do porto com os armadores, estes prometeram aumentar os salários e os pescadores puseram fim à greve.

É necessário que os pescadores se mantenham vigilantes e unidos para conseguirem o prometido aumento de salários.

UMA LUTA VITORIOSA

Na empresa de construções Kellog foram avisados 60 operários que seriam despedidos dentro de poucos dias. Imediatamente, os 60 operários dirigiram-se à gerência e reclamaram o pagamento de 3 dias de indemnização por não terem sido avisados dentro do prazo devido. Como a direcção não os atendesse, continuaram a concentrar-se durante toda a semana e acabaram por conseguir a indemnização.

que sejam derrubados dois obstáculos principais. O primeiro está nas concepções golpistas e terroristas que subestimam o poder da ditadura e que pretendem arrastar o movimento para aventuras condenadas a uma derrota certa. O Comité Central indica a necessidade de activar a luta contra estas concepções de raiz pequeno-burguesa, que teimam em procurar a solução do problema político nacional à margem da luta de massas.

O segundo obstáculo está nos numerosos pontos fracos da Unidade anti-salazarista, do topo à base, pontos fracos que não têm permitido que o acordo existente entre as forças democráticas se concretize em maior número de organismos unitários e em maior número de acções comuns.

É vencendo estas deficiências e desencadeando novas lutas que o movimento anti-fascista se reforçará num curto prazo, como exigem os interesses do nosso povo.

Os soldados contra a guerra

(continuação da 1.ª pág.)

gento Marco Aurélio que está ao serviço da PIDE, o que motivou muitas prisões.

Outras prisões têm sido feitas devido a protestos contra a guerra; no Forte da Trafaria estão presos entre outros um soldado que veio da Guiné e dois alferes, um tenente e um capitão vindos de Angola.

Também em Portugal alastra este movimento de resistência. Em 16 de Novembro, cerca de 60 soldados do serviço geral da Base Aérea n.º 1 (Granja do Marquês) concentraram-se de frente do comando e exigiram que lhes dissessem a data exacta da sua passagem à disponibilidade; apesar de ameaçados, insistiram em falar com o capitão a quem expuseram as suas exigências, marcando um prazo para saber a resposta.

No Quartel de Engenharia 2, do Porto, há grande descontentamento com a péssima comida e por esta-

rem a obrigar os soldados a pagar todo o equipamento que se parte durante os treinos. Aos protestos dos soldados, os oficiais ameaçaram-nos com o embarque para Angola.

Em fins de Novembro, na Base Naval do Alfeite, cerca de 500 marinheiros fizeram um levantamento de rancho à hora do almoço em protesto contra a má alimentação.

É, não obstante, ainda insuficiente a acção desenvolvida contra a guerra colonial que o governo de Salazar nos impôs. Torna-se especialmente urgente a coordenação das acções de protesto. Todo o povo português deve empenhar-se na organização de um amplo movimento que integre e apoie a recusa de combater dos soldados. Só uma acção de envergadura das massas populares poderá apressar o fim da guerra de Angola e com ele o derrubamento do fascismo.

Nas cidades e no campo os trabalhadores lutam em concentrações, greves e paralisações

Em vários pontos do País, a classe operária está conduzindo importantes lutas contra a exploração capitalista e o desemprego. É necessário, através dum esforço constante de esclarecimento e de organização, alargar as lutas económicas da classe operária, que têm a maior importância para o fortalecimento da luta política.

Prossegue a luta na Carris

No dia 27 de Novembro, centenas de operários das oficinas da Carris concentraram-se na gerência, convocados por tarjetas distribuídas na véspera. Grandes forças da PIDE e da polícia, armada de pistolas-metralhadoras, cercaram as instalações da empresa, e os operários, por falta duma direcção segura, acabaram por dispersar. É grande o descontentamento na empresa, pois em vez da prometida gratificação de fim de ano, foi-lhes distribuída a habitual «gorjeta» de 110\$00 e desta vez não em dinheiro mas em senhas para levantar géneros. O pessoal da Carris está neste momento reclamando a revisão do contrato colectivo, com aumento de salários, semana de 7 dias e jornada de 7 horas; reclama também a libertação imediata de 6 dos seus colegas presos recentemente pela PIDE.

Em muitas empresas da região de Lisboa, os operários estão seguindo o exemplo dos trabalhadores da Carris e levantam a reivindicação do pagamento do 7.º dia. Esta importante reivindicação deve ser agitada e popularizada, ela pode mobilizar para a luta muitos milhares de trabalhadores.

Duas concentrações: duas vitórias

Na Trefilaria (Sacavém), na véspera de Natal, concentraram-se na gerência mais de 200 operários reclamando feriado pago da parte da tarde, o que conseguiram. Dias depois, como os patrões quisessem estabelecer para os turnos um novo horário que prejudicava os operários, todos os que estavam de serviço (cerca de 150) concentraram-se na gerência e elegeram uma comissão de 4 que reclamou a continuação dos turnos como até aqui. Apesar da resistência dos patrões e perante a ameaça de baixar a produção, os operários conseguiram vencer.

Paralisação de solidariedade

Nos armazéns Abel Pereira da Fonseca, em Lisboa, os operários sovaram no dia 6 de Outubro um encarregado que os perseguia; em consequência disto foram suspensos uns 30 operários. Na semana seguinte, todo o pessoal dos armazéns paralisou o trabalho em solidariedade com os seus companheiros e manteve-se paralisado apesar dos patrões terem chamado a polícia que veio cercar os armazéns. Quatro operários que tinham sido presos já foram soltos e os trabalhadores continuam a solidarizar-se com os seus

camaradas.

Nova concentração no Sindicato dos Telefones

Centenas de trabalhadores dos Telefones voltaram a concentrar-se na sede do sindicato, continuando a sua luta por aumento de salários. Os empregados de escritório, depois de debaterem as ilegalidades da direcção da Companhia, que durante anos não tem cumprido as cláusulas do contrato colectivo, puseram uma acção em tribunal, reclamando importantes indemnizações. Tentando dividir os trabalhadores, a direcção diz que se for obrigada a pagar as indemnizações não dará aumentos para ninguém.

O mais importante neste momento para os trabalhadores dos Telefones é não se deixarem desunir e lutarem firmemente não só no sindicato mas também na empresa, contra os capitalistas ingleses que exploram o seu trabalho.

No Alentejo:

Concentrações contra o desemprego

Em Évora, 150 operários agrícolas concentraram-se em princípio de Janeiro em frente do governo Civil, reclamando trabalho. Em Alcácer do Sal 70 trabalhadores concentraram-se dois dias seguidos em frente da Câmara Municipal. No Escoural 50 trabalhadores concentraram-se na Casa do Povo. Em Lavre concentraram-se cerca de 80 operários também na Casa do Povo.

É preciso que por toda a parte os operários agrícolas se organizem às centenas e aos milhares em concentrações e marchas da fome, reclamando das autoridades e dos agrários Trabalho ou Pão.

Os operários agrícolas contra as empreitadas

Em vários pontos do Alentejo os operários agrícolas têm lutado com êxito contra o trabalho de empreitada e em defesa da jornada de 8 horas. Em Pias, os trabalhadores conseguiram através de longa discussão que 100 dos seus companheiros abandonassem as empreitadas que tinham tomado. No Couço travou-se discussão num rancho de 80 mulheres, conseguindo-se que 30 que tinham começado a trabalhar de empreitada se juntassem às suas companheiras com a jornada de 8 horas.

Em Benavila, numa herdade do agrário Moura Neves, 40 mulheres abandonaram o trabalho exigindo mais 4\$00 na jorna e aumento nas empreitadas, o que conseguiram; os homens também conseguiram 3\$00 de aumento. Numa outra herdade, um rancho de 30 mulheres conseguiu 1\$00 de aumento.